

A organização narrativa do sentido político: causalidade e instituição metafórico-metonímica em textos de opinião

The narrative organization of political meaning: causality and metaphorical-metonymic institution in opinion articles

Rodrigo SEIXAS (UFMG)
rodrigoseixaspb@gmail.com

Recebido em: 08 de ago. de 2020.
Aceito em: 29 de set. de 2020.

SEIXAS, Rodrigo. A organização narrativa do sentido político: causalidade e instituição metafórico-metonímica em textos de opinião. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 11, n. 1, e2022, p. 1-19, jan.-abr./2021. DOI: 10.22168/2237-6321-12022.

Resumo: Em momento de polarização política, sobretudo, distintas narrativas são produzidas com o intuito de explicarem um mesmo fenômeno. Isso se dá pelo próprio caráter da política, enquanto disputa pelo poder, posto que o estabelecimento da verdade dos fatos é também uma questão de disputa pela hegemonia do sentido. A narrativa tem, nessa perspectiva, papel quase mágico na construção de sentidos por meio do discurso. Motta (2013) considera, na esteira de Bruner (1998), a narrativa como o *cânon organizador de realidade* e, portanto, é possível falar de uma função cognitiva própria à narratividade. Este artigo estabelece um diálogo entre análise do discurso, argumentação e cognição, por meio da análise de trechos de dois artigos jornalísticos de opinião em que se pode perceber, através da narratividade, a ocorrência de dois processos discursivos, o da *causalidade* e o *metafórico-metonímico*, ambos integrados para condensar, ao final do texto, sentidos específicos e determinados.

Palavras-chave: Discurso. Opinião. Narrativa.

Abstract: In the moment of political polarization, above all, different narratives are produced with the intention of explaining the same phenomenon. This is due to the very character of politics as a dispute for power, since the establishment of the truth of facts is also a matter of dispute over the hegemony of meaning. Narrative has, in this perspective, an almost magical role in the construction of meanings through discourse. Motta (2013) considers, in the wake of Bruner (1998), the narrative as the canon organizer of reality and, therefore, it is possible to speak of a cognitive function proper to the narrativity. This article establishes a dialogue between discourse analysis, argumentation and cognition, through the analysis of excerpts sections of two journalistic articles of opinion in which one can perceive, through narrativity, the occurrence of two discursive processes, that of causality and the metaphorical-metonymic one, both integrated to condense, at the end of the text, specific and determined meanings.

Keywords: Discourse. Opinion. Narrative.

Introdução

Acompanhamos, já há um tempo, um retorno explosivo de ocorrências do termo “narrativa” para fazer referência às distintas versões produzidas, seja por parte dos veículos midiáticos de referência, seja pela própria opinião pública em torno de acontecimentos da vida cotidiana, sobretudo os de apelo político-social. Assim foi em relação ao *impeachment* (as distintas narrativas sobre o *impeachment* de Dilma Rousseff), também em relação à greve dos caminhoneiros, ao assassinato da vereadora Marielle Franco, à tentativa de assassinato do então candidato à presidência, Jair Bolsonaro — o caso aqui em análise — e, mais recentemente, à origem do coronavírus. O teor das narrativas acerca do atentado ao então deputado do PSL, de fato, parecem revelar um processo extremamente conflituoso e de difícil resolução. Ocorre que, num momento de bastante animosidade, tais narrativas que se fazem dos fatos ganham ainda maior importância no que se refere à potencialidade de levar os sujeitos a agirem em favor de determinadas visões de mundo.

Com efeito, a apropriação do termo “narrativa” de forma alguma é em vão. A construção interpretativa da realidade é um ato fundamentalmente cognitivo e narrativo, conforme afirmam Bruner (1998) e Motta (2013), no qual ambos os participantes da interação, autor e leitor, constroem o sentido por meio de orientação instituída pelo autor, na intenção de persuadir o seu leitor a ver a realidade de determinada maneira e não de outra (CHARAUDEAU, 2008). A análise do discurso social – sobretudo em sua face narrativa – permite enxergar, assim, como discurso e cognição estão intrinsecamente entrelaçados,

uma vez que o ato de contar um acontecimento é, desde o início, um ato de percepção do “real”, de compreensão da realidade por meio de um determinado viés (ANGENOT, 2008). Moirand (2014), ao problematizar a forma como um acontecimento é discernido pelo discurso e pela comunicação, afirma que o acontecimento não é apenas “o que acontece”, mas também como o comunicamos, como contamos que acontece. A análise dos textos aqui em questão possibilita compreender, de maneira semelhante, que a narratividade configurada nos discursos orienta para uma conclusão específica acerca da maneira como os autores do texto desejam que o acontecimento seja compreendido e interpretado pelos seus leitores.

Para tanto, alguns recursos se mostram importantes nesse processo, a saber, a configuração narrativa apresenta, entre alguns outros, dois processos de estruturação discursiva. O principal deles é o da *causalidade*, lógica própria do discurso, mas que, na narrativa, assume características especiais, na medida em que a relação causal nem sempre é marcada sintaticamente, mas, sobretudo, estabelece-se, de maneira implícita, através do discurso; ademais, a *causalidade* narrativa em questão revela o segundo processo discursivo, *metafórico-metonímico*, fundamental para a instituição dos sentidos na totalidade compreensiva do texto. Ambos os processos parecem fundamentais para o entendimento da força persuasiva e cognitiva da narratividade no que tange à organização da realidade e à explicação dos fatos políticos enquanto objetos reais da experiência. Pretende-se discutir tais fenômenos tomando como apoio dois textos jornalísticos de opinião, *O atentado contra Bolsonaro*, editorial de *O Estado de São Paulo*, cuja referência será feita por meio da sigla *ACB-ESP* (iniciais do título + iniciais do nome do jornal); e *Repúdio Geral*, editorial da Folha de São Paulo – *RG-FSP* –, para tentar observar como se orienta o leitor a uma determinada conclusão, valendo-se de tais processos narrativos: instituindo relações de causalidade próprias ao funcionamento narrativo, bem como estabelecendo, metafórica e metonimicamente, sentidos particulares a uma determinada ideologia política/visão de mundo. Em tempo, cabe salientar que a escolha dos textos não observou critérios metodológicos bastante específicos. Foram selecionados, pelo critério da suficiência analítica, dois textos jornalísticos de opinião publicados em dois dos jornais de referência mais importantes do país, de maior alcance e capilaridade e, portanto, com maior probabilidade de influenciar a opinião pública a respeito da aceitação de uma versão

dos fatos em detrimento de outras. Busca-se, portanto, um diálogo entre alguns teóricos e analistas do discurso, da argumentação e da comunicação com alguns filósofos e sociólogos da cognição, a fim de que se torne possível compreender, de modo mais profundo, as implicações cognitivas no discurso social e na construção de sentido político compartilhado.

O atentado à vida de Jair Bolsonaro: a constituição do fato

No dia 06 de Setembro de 2018, o então deputado Jair Bolsonaro (PSL), candidato à Presidência do Brasil, sofreu um golpe de faca enquanto fazia campanha na cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais. Na trama desse acontecimento, o autor do atentado, Adélio Bispo de Oliveira, já preso, ocupou, no curto espaço de um dia, papéis inteiramente distintos e mesmo contrapostos. Para alguns, Adélio seria um militante do PT e que, portanto, a tentativa de assassinato teria sido a mando desse partido — versão esta chancelada pelo pastor evangélico Silas Malafaia, para quem o autor do crime também seria funcionário da campanha de Dilma Rousseff ao Senado Federal neste mesmo ano de 2018. Para outros, Adélio foi apenas um bode expiatório, contratado pela campanha do próprio Jair Bolsonaro, para construir uma simulação de atentado, com o intuito de despertar o clamor público, conquistar simpatia política e angariar votos a seu favor. A partir disso, algumas distintas versões, entre plausíveis e tantas conspiratórias, foram produzidas, mas o que se sabe, em termos investigativos, é que o autor do crime foi filiado, sem profundo envolvimento, ao PSOL, não ao PT; e que Adélio, segundo a própria irmã, teria problemas psiquiátricos (o que ficou confirmado), além de que, conforme resultados da Polícia Federal e investigação do Ministério Público Federal, teria agido sozinho¹.

Não se desmerece, obviamente, a existência real de fatos. No entanto, todo acontecimento, real, no momento em que é contado, explicado, deixa de ser o objeto real no mundo e passa a ser um objeto de discurso, construído, portanto, pela interpretação, percepção e compreensão dos sujeitos que o explicam (MOIRAND, 2014). A partir do atentado ao deputado do PSL, inúmeras diferentes versões do fato foram divulgadas e, com a ajuda da velocidade difusora da internet e das redes

¹ ROCHA, Marcelo. “Adélio agiu sozinho na facada em Bolsonaro, conclui Procuradoria ao pedir arquivamento de inquérito”. *Folha de São Paulo*, 4 jun. 2020. Acesso em: 22 set. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/06/adelio-agiu-sozinho-na-facada-em-bolsonaro-conclui-procuradoria-ao-pedir-arquivamento-de-inquerito.shtml>.

sociais, rapidamente ganharam o conhecimento de grande parcela da população. Uns nelas creem, tomam para si como verdade o que leem, outros as rejeitam, seja por terem verificado a falta de fundamento daquela determinada narrativa, seja porque a própria convicção político-ideológica sequer permitiu aqueles sujeitos tomarem tal narrativa como possível de ser verdade. Esse é, a propósito, de maneira extremamente simplificada, o plano de funcionamento das *fake news*, como pontua Seixas (2018).

De fato, o discurso tem o poder de orientar sentidos, compreensões, interpretações e ações. E, na medida em que é capital simbólico (BOURDIEU, 1989) capaz de reconfigurar a realidade, o discurso é também, ao mesmo tempo, lugar e instrumento de disputa, visto que é nele que as razões, valores e paixões dos sujeitos se materializam, e é através dele que os sujeitos se lançam uns aos outros com seus projetos e intenções persuasivos. Sabe-se que tal disputa, frequentemente violenta em termos simbólicos, não é nada nova no Brasil. A polarização no país, contudo, acentua-se a partir de 2014 e atinge grau perigoso de antagonismo a partir da deflagração do *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016 (AVRITZER, 2017). A cena social brasileira, desde então, é tomada por inúmeras narrativas, engajadas de persuasão por certo, com o intuito de estabelecer os sentidos hegemônicos da verdade política. É por essa razão que Charaudeau (2005, p. 65) afirma ser o mundo político lugar de dramaturgia, onde os diversos atores disputam entre si, numa “guerra de imagens visando à conquista de imaginários sociais”. Angenot (2014, p. 195, grifo nosso), quanto a isso, afirma que “todo estado de opinião pública inclui um conjunto de *micronarrativas*, de representações e de ideias aceitas (e de outras repudiadas e censuradas)”. Há, portanto, algo de especial na *função narrativa* (CHARAUDEAU, 2008) do discurso que faz com que questionemos a própria natureza do processo narrativo-cognitivo na compreensão e no estabelecimento da realidade política.

A narrativização da realidade

A realidade seria uma narrativa. Essa hipótese faz o psicólogo Jerome Bruner desenvolver duas teses: a primeira é referente ao fato de parecer não haver outra forma de descrever o tempo vivido se não por meio da narrativa; a segunda, de que a narrativa é uma via de mão dupla — tanto ela imita a vida, como também a vida imita a narrativa (BRUNER, 1998). Analogamente, haveria uma relação dialética entre a

narrativa e a realidade, porque tanto esta é influenciada pelos distintos atos de *narrativização* dos fatos, como aquela, obviamente, toma a própria realidade como objeto de criação, imitação e transformação. Em outras palavras, para além da visão objetivista da realidade, é necessário lhe fornecer, em certa medida, um olhar construtivista, um olhar que considere os fatos do mundo como passíveis de serem (re)construídos pelos sujeitos, a todo instante, por meio de atos cognitivos primários.

É bem verdade que o entendimento de que a mente é criadora de mundos pode recair num mentalismo inadequado. Tratar-se-ia, antes, de um movimento muito mais dialético, integrado, de *ação e reação*, em que tanto a realidade se dá por uma construção mental dos sujeitos, quanto também se levando em conta as representações sociais que estruturam a cognição humana e sem as quais não se é possível sequer pensar a realidade, conforme pensam Koch e Cunha-Lima (2004), em busca da defesa de uma teoria *sociocognitivista*. Para as autoras, não é possível separar o processo cognitivo de produção discursiva das suas condições sociais de produção. É preferível compreender, assim, que o discurso é tanto produto das representações sociais como também seu produtor (KOCH; CUNHA-LIMA, 2004). A propósito, segundo Motta,

o mundo existe *lá fora*, mas não é o mundo *per se* que é objetivo: é a linguagem que é organizada de maneira objetivada, *dessubjetivando-se* por vontade dos interlocutores, desprovendo-se da *contaminação* subjetiva do poético. Através de um *contrato cognitivo*, os interlocutores se põem de acordo e assim *coconstroem* um mundo *real verdadeiro*. (MOTTA, 2013, p. 39, grifos do autor).

Afirmar que o mundo é uma *coconstrução* pelo discurso, no entanto, não basta para entender como essa construção é forçadamente narrativa. Compreende-se, é bem verdade, que apesar de efetivamente a narrativa não ser a única *função discursiva* (CHARAUDEAU, 2008), ela tem lugar privilegiado em termos de discurso social. Motta (2013, p. 91) considera que “o cânon organizador da experiência é narrativo, mais que conceitual”. Ora, uma vez que se entenda a narrativa como ferramenta de organização da experiência, da relação ser humano-mundo, não há como se desvencilhar das implicações cognitivas que ela põe em cena. Com efeito, Bruner (1998) afirma que a “revolução cognitiva”, a qual se inicia nos anos 1950, põe em cena a importância da linguagem como cerne da relação cognição-sociedade. Para ele,

em meados da década de 70, as ciências sociais saíram de sua posição tradicional positivista para uma postura mais interpretativa: o significado tornou-se o foco central — como a palavra era interpretada, por que códigos o sentido era regulado, em que sentido a própria cultura poderia ser tratada como um “texto” que os participantes “leem” para sua própria orientação. (BRUNER, 1998, p. 8-9).

A questão da “orientação” é basililar. Dizer que a cultura passou a ser tratada como um “texto” de orientação para a interpretação é a base de sustentação para o que a Cognição Social irá chamar, mais tarde, de *representações sociais*. Em outras palavras, poderíamos entender, a partir de tal afirmação, que a cognição é influenciada pelas estruturas social e cultural, as quais forneceriam *elementos de cognição*, conforme nomeia Festinger (1962) — crenças, conhecimentos, opiniões, valores, atitudes — sustentadores de *esquematisações* da realidade (GRIZE, 1996). Por conseguinte, o processo de esquematização teria função, justamente, de *orientar* o sujeito a compreender a realidade, os fenômenos, os objetos e os eventos de determinada maneira e não de outra.

O processo de orientação, em termos de linguagem, mostra-se desde o nível cognitivo-discursivo ao nível mais elementar da construção linguística. Isso porque o ato de organizar a experiência é já um ato de selecionar o que se apreende e o que se descarta. Aqui entra em cena o próprio processo cognitivo da *atenção*. Segundo Bazerman (2015, p. 135), “[...] o que é relevante para a atenção pode se expandir ou contrair, à medida que os acontecimentos se desenrolam [...]”. É a relevância que damos a um determinado evento ou a uma determinada versão desse evento, e isso parte claramente de um juízo por parte do sujeito, que faz com que selecionemos determinadas formas de narrar aquele fato em detrimento de outras.

Grácio (2014) afirma, a esse respeito, que são constituintes da configuração da realidade pelo discurso os processos de *saliência* e *filtragem*. Ambos os processos se atravessam, na medida em que a saliência, por meio da qual se distinguem elementos por critérios de relevância é já, também, um ato de filtragem, ou seja, de eleger, inconsciente ou estrategicamente, o que se quer e o que não se quer que faça parte da construção discursiva. Tanto a saliência como a filtragem são questões de juízo. Julga-se relevante uma narrativa em detrimento de outra mediante o *valor* que se dá aos agentes personagens daquela narrativa, às suas ações, às suas ideias, aos objetos em questão, ao assunto discutido, de modo que os sujeitos dessa situação de comunicação — personagens integrantes da narrativa, o próprio narrador e os leitores — se conformam em um *alinhamento* (BAZERMAN, 2015).

Tal alinhamento chama atenção para uma intenção persuasiva dos narradores em manter, para com o leitor, uma sintonia compreensiva. No entanto, a argumentatividade da narrativa é de sorte distinta ao que se compreende nos tipos mais formais de argumentação. Obviamente, não se costuma lançar mão da argumentação formal para contar/relatar sobre os acontecimentos do mundo, para falar das situações do cotidiano. É necessário salientar que o ato de *contar*, que lhe é próprio, não se trata somente de descrever uma sequência de ações, de fatos ou acontecimentos, mas também é o ato de criá-los e (re)configurá-los, “de fazer surgir, em seu conjunto, um universo, *o universo contado*, que predomina sobre a outra realidade, a qual passa a existir somente através desse universo” (CHARAUDEAU, 2008, p. 154). Segundo o linguista,

no mundo existem ou aparecem coisas, estas se configuram em estados, produzem-se modificações nos estados das coisas, mas tais fenômenos só adquirem existência significativa através da percepção-captura-sistematização-estruturação que deles faz um sujeito linguageiro; pois é falando que o sujeito confere a tais fenômenos uma significação. (CHARAUDEAU, 2006, p. 96).

Paul Ricoeur (1994), em *Tempo e Narrativa*, afirma, igualmente, ser a realidade interpretada por uma configuração narrativa, a qual se divide em três tipos de mimesismo: A *mimese-1*, que diz respeito à *pré-figuração* da realidade, ou seja, ao acontecimento objetivo, tal como ele é, anterior à significação linguageira e que se apresenta aos sentidos humanos, possibilitando a *mimese-2*, a qual se refere a uma *configuração* do mundo pré-figurado, dando-lhe um ordenamento de sentido. Segundo Charaudeau, a *mimese-2* se dá pelo ato enunciativo,

que procede a uma discretização do mundo através das unidades de forma-sentido, estabelecendo relações sistêmicas entre elas, e correlações homológicas entre diferentes níveis de unidade, em função de objetivos comunicativos. (CHARAUDEAU, 2006, p. 97).

A *mimese-3*, por sua vez, é a *re-figuração* do mundo configurado, isto é, é a ressignificação do acontecimento ou fenômeno, por parte do sujeito, levando-se em conta a sua experiência intelectual e afetiva, sua finalidade, seus valores etc. e, sobretudo, a sua vontade de compartilhar sentidos com seus pares.

A vontade de compartilhar sentido é, conseqüentemente, vontade de persuasão. Para Charaudeau (2008), haveria uma tensão para fazer crer no verdadeiro, no autêntico, na realidade, uma tensão

que manifesta, através da narrativa, efeitos de verdade pelo discurso. Trata-se, sem dúvidas, de uma empreitada retórica, conforme nos elucida Amossy (2010). Além de retórica, segundo Rabatel (2016, p. 40), é também pragmática: a “dimensão pragmática explica que a narrativa alimenta uma dimensão argumentativa indireta”, tal como defende Amossy (2010) quando trata das duas configurações do discurso argumentativo: a *visada persuasiva* e a *dimensão persuasiva*²; isto é, a diferença, respectivamente, entre a argumentação direta, com clara intenção de persuadir (discurso publicitário, político, científico etc.), e a supracitada argumentação indireta, a qual, apesar de dispor de elementos persuasivos no discurso, estes não são o seu objetivo primeiro (discurso literário, estético, epidítico, aí incluídas as próprias narrativas).

Para Rabatel (2016, p. 41), “incontestavelmente, a narrativa influi em nossas maneiras de ver, ainda mais eficazmente porque ela propõe, sem impor”. À medida que é alimentada por uma dimensão argumentativa indireta, a narrativa “não se apoia no aparelho lógico da demonstração e da lógica natural, mas em topoi, em representações dóxicas” (RABATEL, 2016, p. 40). É a narrativa tanto retórica quanto pragmática, portanto, porquanto influi os espíritos dos interlocutores a crerem em determinada tese narrada e a agirem a partir do que ali é veiculado como verdade.

As narrativas jornalísticas

É preciso ressaltar que as narrativas não se resumem ao discurso literário ou histórico. Rabatel (2016, p. 41) salienta, em nota de rodapé, que alguns artigos da imprensa também possuem um esquema narrativo, “flexível”, em que se é possível perceber a matriz narrativa com “heróis, anti-heróis, adjuvantes e oponentes, episódios, reviravoltas e papéis reunidos na estrutura frouxa de um percurso narrativo”³. No mesmo sentido, afirma Motta:

² Amossy (2010) não distingue, ao menos em sua obra principal, *L'argumentation dans le discours*, o “argumentativo” do “persuasivo”. É o que se pode notar pela ocorrência de “visée persuasive” e “dimension persuasive”, na página 31, e “visée argumentative” e “dimension argumentative”, na página 34, ambas ocorrências se referindo aos mesmos fenômenos.

³ *Loc. cit.*

O ato configurativo da trama narrativa reúne fatores heterogêneos como agente, meios, intenções, circunstâncias etc. O sujeito narrador dispõe tática e estrategicamente a sucessão dos fatos (encadeamento, sequências, aproximação ou distanciamento do referente etc) com o objetivo de ter uma totalidade compreensiva. A enunciação narrativa é uma atitude intencional e argumentativa, portanto: toda narrativa se origina em uma estratégia enunciativa. (MOTTA, 2013, p. 38).

Tal esquema narrativo é construído pelo locutor, enunciador primeiro, que constitui, a partir disso, um *mundo comentado*, “dirigido a um outro, do qual postula, ao mesmo tempo, identidade e diferença” (CHARAUDEAU, 2006, p. 95). Por assim dizer, em todo momento, o sujeito da enunciação, autor de um texto jornalístico — seja ele mais *informativo*, com configuração pretensamente objetiva, seja ele *opinativo*, em que há liberdade de julgamento por parte do jornal acerca de determinado evento — estabelece pontos de identificação ou de diferenciação com o seu suposto leitor, a fim de estabelecer uma comunidade de compreensão, um alinhamento na interpretação de determinada realidade.

Motta (2013, p. 105) afirma que o “jornalismo faz os acontecimentos do presente inteligíveis”; o jornalista assumiria, destarte, o papel de um historiador natural da atualidade, à medida que é responsável por dar aos incidentes a forma de sequências. Todavia, nem sempre esse papel ativo do jornalista é marcado por subjetividades claras que saltam aos olhos. É próprio da organização discursiva do texto jornalístico, ao menos na maioria dos casos, o uso de linguagem descritiva, objetiva, direta, formal no trato dos acontecimentos. Tal configuração, no entanto, é apenas aparentemente dessubjetivada. Isso porque o sujeito sempre se mostra em seu discurso, entrega-se nele, em maior ou menor grau, mesmo que à sua revelia.

O texto *opinativo*, em especial, supera a intenção de extrema objetividade discursiva e permite a ocorrência de recursos discursivos mais subjetivos. No entanto, todas as duas formas genéricas, *informativa* ou *opinativa*, revelam, em sua estrutura, a intenção do autor do texto em ser acreditado. De fato, é próprio do discurso jornalístico a pretensão de estabelecer a “verdade dos fatos”. No entanto, a problemática da verdade nesse tipo de discurso se encontra, segundo Charaudeau (2006), na tensão entre o *valor de verdade* e os *efeitos de verdade*. Ora, enquanto o valor de verdade refere-se ao “ser verdadeiro”, a uma atividade empírica através da qual o homem, por uma instrumentação científica,

tenta compreender e explicar determinado evento, baseando-se em (e fornecendo) *evidências*, o efeito de verdade “está mais para o lado do ‘acreditar ser verdadeiro’” (CHARAUDEAU, 2006, p. 49). Tal efeito se basearia, assim, na *convicção*, através do julgamento dos sujeitos, os quais produzem apreciações de fatos e fenômenos, por mais que a natureza subjetiva e, portanto, axiológica de seus julgamentos seja, frequentemente, escamoteada.

Segundo Motta,

quando compro um jornal para ler uma notícia, por exemplo, estou delegando ao jornal que comprei e ao jornalista-narrador, por desejo meu, a autoridade e a legitimidade para me dizerem a verdade. Eu faço um *pacto* com o veículo e o jornalista e entro em sintonia de confiança com eles para obter estórias verdadeiras sobre os incidentes, que assim serão configuradas em minha mente: fatos reais. As narrativas jornalísticas e historiográficas são exemplos dessa organização discursiva de *veridicção*: elas querem traduzir realisticamente o mundo, produzir o efeito de real, e compactuam isso com seus leitores ou ouvintes. (MOTTA, 2013, p. 39).

Pode-se dizer, portanto, que o texto jornalístico opinativo, na medida em que busca apresentar um relato e uma apreciação de um determinado fenômeno, é também um texto, em boa medida, narrativo. Motta (2013, p. 11) afirma, a propósito, que o estudo da narrativa deve exceder o gênero formal ou uma obra fechada, mas também dar conta de toda a “enunciação narrativa”, a saber, todo ato enunciativo que se construa por meio de operações claramente narrativas.

Há que se entender, assim, que existem meios possíveis de identificação da ordem narrativa nesses textos jornalísticos de opinião. Existem inúmeras possibilidades para tanto, desde a avaliação dos modos verbais e os advérbios utilizados para situar o tempo da enunciação, os advérbios de sequenciamento, a fim de dar coerência e encadeamento aos atos da trama, alguns conectores que estabelecem lógicas narrativo-argumentativas, até as operações de seleção lexical, tematização, categorização, análise de pontos de vista, identificação de termos de emoção, entre outros.

No entanto, há dois processos característicos da narrativa que queremos aqui considerar. O primeiro deles, já mencionado, é a forma como ela põe em funcionamento a relação de *causalidade*, isto é, o movimento entre uma causa e seu efeito, ou também a relação lógica subjacente a uma causalidade (próprio do processo de explicação ou justificação). Segundo Motta,

ao ordenar suas ideias em pensamentos coerentes em busca de significados, os sujeitos encadeiam as relações possíveis na forma cronológica ou causal, estabelecendo provisoriamente um antes e um depois, um antecedente e um conseqüente, uma causa e uma consequência, até chegar ao senso comum partilhado. Sem uma ideia condutora, os dados da experiência se amontoariam como grãos de areia sem organizar-se unidade, conforme argumenta John Dewey (1998). A relação causa-consequência é o coração de toda compreensão, diz ele. (MOTTA, 2013, p. 31).

O segundo processo é o metafórico-metonímico, em forma de binômio, pois não se trata das figuras de linguagem pura e simplesmente, cada qual com a sua especificidade, mas sim do sentido de *função* que ambas assumem em conjunção, como será visto a seguir. Apesar de esses processos não serem exclusivos da narrativa, eles assumem, certamente, papel central no funcionamento da narratividade. Partiremos, então, para a problematização desses processos, através da análise de alguns trechos dos textos em questão.

A relação de causalidade e os processos metafórico-metonímicos

Considera-se aqui, assim como Bruner (1998), ser a relação de causalidade o coração da lógica de pensamento narrativo. Segundo ele, o estudo da linguagem permite considerar a existência de dois modos de funcionamento cognitivo, “cada um fornecendo diferentes modos de ordenamento da experiência, de construção de realidade” (BRUNER, 1998, p. 12): 1 - o modo *paradigmático*, lógico científico, pelo qual os sujeitos argumentam em função do estabelecimento de uma verdade, ou seja, adota-se como critério de validação a estrita veracidade do argumento; e o 2 - modo *narrativo*, por meio do qual os sujeitos estabelecem relações de verossimilhança entre os fatos, através de processos de causalidade que se diferem das operações causais características do modo paradigmático (BRUNER, 1998). A propósito, a diferença entre as relações de causalidade instituídas pelos distintos discursos parece já pôr em evidência a natureza do processo cognitivo. De um lado, o critério de causalidade “se x, então y”, que estabelece uma relação de *necessidade* entre as premissas própria da lógica formal e dos discursos demonstrativos e, de outro lado, o critério da causalidade por verossimilhança, que estabelece “critérios particulares prováveis entre dois eventos” (BRUNER, 1998, p. 13), nem sempre marcados sintaticamente. É por meio de tais critérios particulares prováveis que

nos parecem serem construídas as relações de causalidade nos textos narrativos de opinião, as quais se subdividem, nesse caso em análise, em três tipos: 1 – *suspensão de causa*, 2 – *desconstrução de causa*, 3 – *construção de causa*. Há, para início de análise, ocorrência do tipo 1 no excerto que se segue:

[1] “A circunstância de ter sido filiado ao PSOL, até o ano de 2014, *não parece* ser significativa. *Nada seria mais catastrófico*, para o campo ideológico a que o partido pertence, do que *alimentar* versões conspiratórias, envolvendo propostas de esquerda ou simpatias pela ação armada e pelo terrorismo” (RG-FSP).

O uso do verbo modalizador “*parece*” mostra-se relacionado a uma causalidade posta em suspensão. Pode-se depreender daí a existência de uma lógica que seria natural ao contexto político-partidário: o PSOL é partido contrário a Jair Bolsonaro, *logo*, o fato de Adélio ter sido membro do PSOL seria uma razão para o cometimento do ato. Não se tem provas da plausibilidade de tamanha suspeita, no entanto, ao invés de o autor se manifestar de maneira mais taxativa sobre a questão, ele suspende o seu julgamento, permitindo que o leitor tire suas “próprias conclusões” sobre tal relação. As aspas aqui postas dizem respeito ao fato de que, apesar de haver uma suspensão do juízo, o próprio ato de suspensão já deixa expressa a posição do autor frente ao fato, a saber, de que a antiga relação com o PSOL pode ser sim significativa. Isso ficaria mais claro se desmembrássemos o enunciado subsequente: “nada seria mais catastrófico [...] do que alimentar versões conspiratórias”. Poderíamos, a respeito, estipular uma relação argumentativa através do marcador discursivo *até porque*. Parece-nos, sem prejuízo de sentido, que a lógica argumentativa poderia ser melhor compreendida na extensão “[...] não parece ser significativa, *até porque* nada seria mais catastrófico [...] do que alimentar versões conspiratórias”. Tratar-se-ia, assim, de uma relação de causalidade, no seu sentido lato, ainda que se trate, nesse caso, de uma tentativa de suspensão de causa (que acaba por orientá-la de toda maneira).

É importante salientar, no entanto, que as relações de causalidade no discurso não se resumem às operadas pelas orações subordinadas adverbiais causais e suas conjunções subordinativas. É possível depreender causalidade pelo simples sequenciamento de ações

operado pelo enunciador, entre outros recursos, mesmo não havendo clara ocorrência de unidade sintática propriamente de causa. É possível afirmar, ademais, que apesar da distinção entre as relações causais e as relações explicativas, há em ambas o princípio maior da *causalidade*, na medida em que o *motivo* instituído por uma relação explicativa pode ser também inferido a partir de uma relação causal (PLANTIN, 2016).

A propósito, tais relações ficam patentes no texto *RG-FSP* quando o autor tenta desconstruir a relação: retórica bolsonarista (causa/motivo) → atentado contra a sua vida (efeito):

[2] “Apesar dos componentes francamente assustadores de sua retórica, como a sua anunciada disposição de “fuzilar a petralhada”, *o fato é* que Bolsonaro e seus adeptos na prática conduzem a campanha presidencial sem incidentes conhecidos de violência física. Não *teriam*, dada a liderança nas pesquisas, motivos para se lançar ao descontrole e à retaliação” (*RG-FSP*, grifo nosso).

É possível observar que há uma desvinculação do ato retórico “fuzilar a petralhada” com o atentado por ele sofrido. Apesar de efetivamente não se poder garantir as motivações do crime, está marcado, sobretudo pelo uso do advérbio *apesar* e da expressão *o fato é*, uma desconsideração da validade do primeiro enunciado como causa/motivo do segundo. Ora, no momento em que digo *apesar* de A, *o fato é* que B, estou, como em toda relação de concessão, afirmando a validade de B em detrimento da validade de A. É possível dizer, além disso, que a oração iniciada por “fato é que” pode ser registrada através da seguinte lógica: o fato de Bolsonaro conduzir a campanha sem incidentes é *motivo* para se desconsiderar sua retórica beligerante como fundamento causal para o atentado. Haveria, nesse caso, uma *desconstrução de causa*, possível de ser compreendida co-textualmente na própria vizinhança de enunciados.

Há, ademais, ao final de ambos os textos, dois casos de *construção causal* bem expressivos. No texto *ACB-ESP*, o autor estabelece:

[3] *Portanto*, não se pode ignorar ou minimizar o papel da retórica política truculenta na escalada da violência, que representa um risco real de desestabilização do País. *A origem dessa degradação é de todos conhecida*: o feroz discurso

antidemocrático lulopetista que dividiu o Brasil em “nós” e “eles”, consolidado depois que o partido chegou ao poder com Lula. A reação a esse avanço da intolerância petista não tardou a desaguar em selvageria. (ACB-ESP, grifo nosso).

Observa-se, aqui, uma conclusão do texto marcada pela própria conjunção conclusiva *portanto* e que se desenvolve em uma crítica ao PT, alegando-se ao partido a culpa pela intolerância e selvageria reinantes no país. Ao dizer que o “feroz discurso antidemocrático lulopetista” é “a origem dessa degradação” “de todos conhecida”, o autor estabelece relação causal clara em favorecimento de sua tese ideológico-política. A mesma conclusão é tomada no texto *RG-FSP*:

[4] Tem sido próprio da esquerda, *em particular do PT*, o discurso de vítima, seja no *enredo* criado em torno do impeachment de Dilma Rousseff, seja na *fantasia* de uma perseguição política e judicial a Luiz Inácio Lula da Silva (*RG-FSP*, grifo nosso).

Nesses casos, haveria uma *causa discursiva de fechamento*, visando a uma relação causa-efeito final (discurso do PT como causa da selvageria) ao término do texto, sendo tal relação recuperada, portanto, não no nível do enunciado, mas no nível do discurso.

A partir disso, é possível perceber o segundo processo narrativo: o processo metafórico-metonímico. Como dito anteriormente, é preciso não confundir, entretanto, o processo com as metáforas e as metonímias em si mesmas, enquanto figuras de linguagem. Segundo Nietzsche (2007, p. 91), “*metáfora* significa tratar como igual algo que, num dado ponto, foi reconhecido por semelhante”, seja essa semelhança natural ou construída, intencionalmente, pelo sujeito. As metonímias, por sua vez, Nietzsche (2007, p. 77) afirma serem “permutações de causa e efeito”. Há a observância aqui, portanto, do enfraquecimento da *metáfora-figura* [e também o da *metonímia-figura*] e passa a ser fortalecido a noção de *metáfora-função* [e a *metonímia-função*]. Isto é, passa-se a compreender a metáfora e a metonímia como funções do discurso argumentativo, de modo que ambos os processos, na medida em que se referem a uma transferência, buscam estabelecer, na totalidade compreensiva, uma condensação de sentidos.

É possível observar tal lógica, de certa maneira, no trecho [1] já aqui referido, quando o autor afirma que o ato de Adélio feriu “além

de um cidadão, os fundamentos do convívio democrático no país” (RG-FSP), posto que o ato passa a ter como objeto não mais um homem, mas sim o fundamento democrático de um país. O ato, por si só, toma a forma metafórica (por meio de uma analogia entre ato contra Bolsonaro e ato contra a Democracia) e é possível também ver-lhe certo aspecto metonímico, uma vez que orienta certa compreensão dos sentidos, ainda que de maneira velada, para a passagem *Bolsonaro* → *Democracia* e, por corolário, *Ato contra Bolsonaro* → *Ato contra a Democracia* de maneira condensada. Semelhante processo metonímico está presente no trecho seguinte do texto *ACB-ESP*:

[5] Sua ação, no entanto, feriu não apenas Jair Bolsonaro, mas todo o arcabouço da convivência política civilizada [...]. (*ACG-ESP*, grifo nosso).

O efeito causado pelo autor é metonímico, na medida em que Jair Bolsonaro deixa de ocupar o lugar de pessoa física, vítima de um atentado, para se tornar uma entidade abstrata e genérica, incarnando o “arcabouço da convivência política civilizada”. Ora, nesse ponto, pode-se perceber um efeito de contiguidade entre Jair Bolsonaro, político conhecido por sua retórica beligerante, para o símbolo da civilização, o seu representante (atacar Bolsonaro é atacar a civilidade), mas também, por conseguinte, um efeito metafórico, porque se pode retirar o sentido transposto: *Bolsonaro é o arcabouço da convivência política civilizada*.

Há, em seguida, um processo metonímico que se mostra, de igual maneira, metafórico:

[6] Todos devem estar refletindo sobre os rumos que imprimiram à disputa política e que não podem ser desvinculados dos acontecimentos de Juiz de Fora, qualquer que seja o grau de desvario que acometeu o autor do atentado. Pois ele nada mais foi do que a *mão* que obedeceu não à voz de Deus, como alegou, mas ao *eco* de uma longa e ensurdecadora pregação de ódio e de fuga da razão (*ACB-ESP*, grifo nosso).

Pois bem, ao dizer que Adélio foi a *mão* que obedeceu a voz de Deus, há uma clara sinédoque instituída, em que pese a “mão” tomar o lugar do homem como agente da ação. Mais que isso, há uma implicação metafórica, na medida em que, ao relacionar a causa do

atentado ao discurso de ódio do PT, implicitamente o autor estabelece, por metonímia, a relação de que a mão que esfaqueou Bolsonaro obedeceu ao “eco de uma longa e ensurdecadora pregação de ódio e de fuga da razão”. É possível perceber que o processo metafórico-metonímico estabelece, conseqüentemente, uma relação de causalidade pelo discurso: a “mão” teria agido por *causa* do “eco” de ódio do PT.

Portanto, as relações de causalidade e o processo metafórico-metonímico podem assumir, no discurso, papéis adjuvantes na instituição de sentidos persuasivos. Isso porque ambos os processos tratam de um movimento de sentido, uma passagem de sentido entre um elemento e outro. Em suma, o princípio *lato* de causalidade, em termos lógico-argumentativos, faz-nos compreender, ainda que implicitamente, ter um evento A acontecido por causa de um evento B ou, de maneira mais ampla, que A teve o motivo B para ocorrer. No caso do processo metafórico-metonímico, a passagem é de assimilação e contigüidade entre dois elementos, de forma que se pode perceber, em ambos os casos, A sendo tomado por B. No entanto, tal processo traz em si uma ideia de causalidade, tendo em vista tratar-se de uma transferência de sentido e, como toda transferência, resulta num sequenciamento lógico de um antecedente e um conseqüente. Isso nos permite dizer, portanto, que tais processos visam à condensação de sentidos em favor de uma determinada conclusão. Ao final do texto, se observada toda a totalidade compreensiva, é possível perceber que há uma orientação para o entendimento de que o discurso do PT é uma causa para o atentado, bem como uma estratégia de condensação de sentido, através da instituição, metafórica e metonímica, do então candidato Jair Bolsonaro como representante da civilização e da tolerância política.

Considerações Finais

Foi possível observar que os editoriais analisados possuem grande configuração narrativa, na medida em que expor opinião sobre algo corresponde, igualmente, ao ato cognitivo de contar a experiência e a compreensão da realidade, portanto, narrando-a e, pela narrativa, construindo a realidade. A configuração elucidada neste artigo, de construção da causalidade e de transposição de sentidos por meio do processo metafórico-metonímico, de fato, pareceu ser eficaz respeitante ao sentido persuasivo intencionado pelos autores dos textos, na medida em que, implicitamente e de forma suave, permite, ao menos em tese,

uma orientação cognitiva específica para a totalidade compreensiva dos textos, por meio da operação das estratégias de instituição de causalidade e também da constituição metafórico-metonímica do sentido.

Destarte, considera-se que a narratividade e seus recursos possibilitam a construção de “realidades” que apenas se tornam reais pelo discurso. É preciso dizer que tal condição talvez tenha o poder de acender um alerta para problematizações acerca das responsabilidades enunciativa e opinativa. Uma vez que se acredite no que diz Motta (2013, p. 104), “mais que antes, passamos a viver simultaneamente a história e a sua mimese, a vida e sua simultânea representação compondo instantes em que realidade e ficção se distinguem cada vez menos”, cumpre, aos sujeitos, atentar-se ao mundo que desejam tornar real.

Referências

AMOSSY, R. **L’argumentation dans le discours**. 3. ed. Paris: Armand Colin, 2010.

ANGENOT, M. **Dialogues des sourds**: traité de rhétorique antilogique. Paris: Fayard, 2008.

ANGENOT, M. **L’histoire des idées**. Liège: Presses Universitaires de Liège, 2014.

BAZERMAN, C. **Teoria da ação letrada**. Tradução de Milton Camargo Mota *et al.* São Paulo: Parábola, 2015.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Lisboa: DIFEL, 1989.

BRUNER, J. **Realidade mental, mundos possíveis**. Tradução de Marcos A. G. Domingues. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

AVRITZER, L. Democracia no Brasil: do ciclo virtuoso à crise política aberta. *In*: BOTELHO, A.; STARLING, H. M. (Orgs.). **República e democracia**: impasses do Brasil contemporâneo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. Tradução de Angela S. M. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2006.

CHARAUDEAU, P. **Le discours politique**: les masques du pouvoir. Paris: Vuibert, 2005.

CHARAUDEAU, P. **Linguagem e discurso**: modos de organização. Tradução de Ângela M. Côrrea e Ída Lúcia Machado (Orgs.). São Paulo: Contexto, 2008.

FESTINGER, L. **A theory of cognitive dissonance**. Stanford, California: Stanford University Press, 1962.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Repúdio Geral**. Editorial. 7 set. 2018. Disponível

em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2018/09/repudio-geral.shtml>. Acesso em: 5 set. 2018.

GRÁCIO, R. Retórica e objetividade. **EIDEA - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 6, p. 171-184, jun. 2014.

GRIZE, J.-B. **Logique naturelle et communications**. Paris: PUF, 1996.

KOCH, I. V.; CUNHA-LIMA, M. L. Do cognitivismo ao sociocognitivismo. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, A. C. **Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos**. v. 3. São Paulo: Cortez, 2004.

MOIRAND, S. “L'événement « saisi » par la langue et la communication”. **Cahiers de praxématique**, n. 63, 2014. Disponível em: <http://journals.openedition.org/praxematique/2362>. Acesso em: 19 abr. 2020.

MOTTA, L. G. **Análise crítica da narrativa**. Brasília: Editora da UNB, 2013.

NIETZSCHE, F. **Sobre verdade e mentira**. Tradução de Fernando Barros. São Paulo: Hedra, 2007.

O ESTADO DE SÃO PAULO. **O atentado contra Bolsonaro**. Editorial. 8 set. 2018. Disponível em: <https://opiniaio.estadao.com.br/noticias/geral,o-atentado-contra-bolsonaro,70002492882>. Acesso em: 5 set. 2018.

PLANTIN, C. **Dictionnaire de l'argumentation: une introduction aux études d'argumentation**. Lyon: ENS Éditions, 2016.

RABATEL, A. **Homo Narrans: por uma abordagem enunciativa e interacionista da narrativa: pontos de vista e lógica da narração - Teoria e análise**. Tradução Maria das Graças Rodrigues *et al.* São Paulo: Cortez, 2016.

RICOEUR, P. **Tempo e narrativa**. v. 1. São Paulo: Papirus, 1994.

ROCHA, M. “Adélio agiu sozinho na facada em Bolsonaro, conclui Procuradoria ao pedir arquivamento de inquérito”. **Folha de São Paulo**, 4 jun. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/06/adelio-agiu-sozinho-na-facada-em-bolsonaro-conclui-procuradoria-ao-pedir-arquivamento-de-inquerito.shtml>. Acesso em: 22 set. 2020.

SEIXAS, R. Gosto, logo acredito: o funcionamento cognitivo-argumentativo das fake news. **Caderno de Letras da UFF**, Niterói, v. 30, n. 59, p. 279-295, 2019.